

As novas medidas, só na segunda-feira.

O governo adiou o anúncio oficial dos cortes totais dos gastos públicos, porque junto deverá sair a desindexação da economia.

As medidas complementares ao pacote econômico divulgado na semana passada — disciplinamento dos gastos e dos privilégios de remuneração do pessoal nas estatais, e expurgo dos fatores accidentais dos índices de ajustamento de ganhos e preços — só deverão ser anunciadas na próxima segunda-feira.

Isso, pelo menos, foi o que garantiu ontem o porta-voz da Presidência da República, Carlos Átila, acrescentando que as idéias estão em estudo no Gabinete Civil e na Secretaria de Planejamento. "O que se visa é uma administração dos índices, de modo a evitar que eles funcionem como elementos realimentadores da inflação", disse o porta-voz presidencial.

Salientando não existir ainda nenhuma decisão concreta sobre o assunto, Carlos Átila informou que a idéia do governo é expurgar esses fatores estranhos não apenas dos índices de reajuste de salários, mas também de outras formas de ganhos. "As idéias vêm sendo estudadas com muito cuidado, de modo a evitar que o trabalhador venha a ser penalizado. Por isto, o governo vem auscultando toda a sociedade, não só através de suas lideranças, mas também através da imprensa e de outros órgãos de divulgação", disse ele.

Carlos Átila disse que o governo está convicto de que se não forem adotadas estas medidas, as decisões decorrentes do "pacote" não surtirão os efeitos desejados e poderão até funcionar como fatores realimentadores da inflação. Mesmo ressaltando que não existe ainda uma idéia definitiva da forma como se fará isto, ele admite que poderão ser expurgados, para efeito do cálculo dos índices, os aumentos de preços, como os dos derivados de petróleo e do trigo (que tiveram parte de seus subsídios retirados) ou eventualmente de produtos que subiram no mercado em decorrência de fatores climáticos verificados regionalmente (seca no Nordeste ou enchentes no Sul do País).

Mais aposentadorias

O Banco do Brasil admitiu ontem o "rerudescimento" dos pedidos de aposentadoria, em consequência das medidas em estudos para restringir a renda dos funcionários das estatais. O ex-funcionário do banco e deputado Evandro Alves de Moura (PDS-CE) anunciou que o número de opções pela aposentadoria no BB já soma 3,8 mil e pediu que o congelamento das promoções também atinja as Forças Armadas.

O sucessivo adiamento na divulgação do decreto-lei restritivo constitui o assunto pre-

dominante no Banco do Brasil e no Banco Central, a ponto de muitos funcionários esquecerem do seu trabalho. Em meio às críticas generalizadas, sobram elogios ao empenho do presidente do Banco do Brasil, Osvaldo Colin, em defender o funcionalismo da casa perante os ministros Leitão de Abreu, do Gabinete Civil, e Delfim Neto, do Planejamento, com o apoio do líder do PDS na Câmara dos Deputados, Nélson Marchezan, também funcionário do banco.

Funcionários do Banco Central e do Banco do Brasil alegam que as regalias da alta administração serão preservadas, o que justifica o descaso dos presidentes de outras estatais, como Carlos Geraldo Langoni, do Banco Central; Shigeaki Ueki, da Petrobrás, ou Costa Cavalcanti, da Eletrobrás. Apesar dos cuidados de Delfim Neto, um chefe de departamento do Banco Central previu uma avalanche de processos na Justiça do Trabalho para fazer valer direitos adquiridos.

Medidas semelhantes também devem ser tomadas pelos cerca de cinco mil funcionários do Banco do Brasil que, no momento, trabalham em outros órgãos do governo e deverão ter seus salários reduzidos à metade, em decorrência das novas medidas de contenção dos gastos do governo em estudos.

Protesto

A situação falimentar das empresas estatais, que está sendo divulgada na Imprensa, é uma tentativa para privatizá-las, orquestrada dentro e fora do governo, numa campanha antipatriótica, denunciou ontem, em Belo Horizonte, um grupo de sindicatos mineiros de empregados em estatais, dos setores de telecomunicações, eletricidade, petróleo e água.

O decreto que corta uma série de benefícios em folha dos funcionários de empresas estatais, que estariam em dificuldades, deverá ser assinado nos próximos dias pelo presidente Figueiredo e prevê o congelamento de valores que excedem os 13 salários, a não participação nos lucros, o fim do ganho de produtividade e a suspensão de aumentos nominais de vantagens e promoções.

Segundo os sindicalistas, o Brasil tem cerca de 1,5 milhão de trabalhadores no setor e estas medidas do novo "pacote" econômico são um ataque contra estes trabalhadores, além de representar a possibilidade de perdermos a soberania nacional, porque as estatais respondem por 45% da nossa mão-de-obra especializada, que seria controlada pelas multinacionais.